



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
DIRETORIA DE COMPRAS

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23070.025252/2022-37

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 027/2022

EXCLUSIVO PARA ME/EPP

1. DO OBJETO

1.1. **Registro de Preços para aquisição com fornecimento parcelado de material elétrico e eletrônico, tais como: bateria, cabo de dados, resistor, etc.,** conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e respectivo edital.

1.2. Na tabela abaixo seguem a descrição, a quantidade, a unidade de medida, o valor unitário para os itens desta licitação.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO
01	BATERIA, APLICAÇÃO DRONE DJI, MODELO PHANTOM 4, CAPACIDADE NOMINAL 5870 MAH, TENSÃO NOMINAL 15,2V, SISTEMA ELETROLÍTICO LI-PO 4S (POLÍMERO DE LÍTIO), CONSUMO ENERGÉTICO 89,2W/H, POTÊNCIA 160W, PESO 468G, COR BRANCA	460792	UNIDADE	02	R\$ 2.650,00
02	BATERIA, APLICAÇÃO DRONE EBEE PLUS, MODELO SENSEFLY, SISTEMA ELETROLÍTICO LIPO 3S, CONSUMO ENERGÉTICO 54,3 W/H, PESO 300G	467604	UNIDADE	02	R\$ 2.100,00
03	BATERIA, APLICAÇÃO DRONE, MODELO PARROT BLUEGRASS FIELDS, CAPACIDADE NOMINAL 6700 MAH, TENSÃO NOMINAL 14,8 V, SISTEMA ELETROLÍTICO LIPO 3S, CONSUMO ENERGÉTICO 99 W/H, PESO 450G	467604	UNIDADE	02	R\$ 5.150,00
04	BATERIA, ESTACIONÁRIA ALTA CAPACIDADE, SISTEMA ELETROQUÍMICO CHUMBO-ÁCIDO SELADO, TENSÃO NOMINAL 12V, CAPACIDADE NOMINAL 15AH, DIMENSÕES 151X99X93MM, APLICAÇÃO CFTV (CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO), TIPO SELADA VRLA (REGULADAS POR VÁLVULAS)	483858	UNIDADE	02	R\$ 320,00
05	BATERIA, ESTACIONÁRIA ALTA CAPACIDADE, SISTEMA ELETROQUÍMICO CHUMBO-ÁCIDO SELADO, TENSÃO NOMINAL 12V, CAPACIDADE NOMINAL 15AH, DIMENSÕES 151X99X93MM, APLICAÇÃO NOBREAK 5KVA, TIPO SELADA VRLA (REGULADAS POR VÁLVULAS)	483858	UNIDADE	16	R\$ 320,00
06	BATERIA, ESTACIONÁRIA ALTA CAPACIDADE, SISTEMA ELETROQUÍMICO CHUMBO-ÁCIDO-SELADO, TENSÃO NOMINAL 12V, CAPACIDADE NOMINAL 18AH, DIMENSÕES 167X77X181MM, APLICAÇÃO NOBREAK DE 10KVA, TIPO SELADA VRLA (REGULADAS POR VÁLVULAS)	483857	UNIDADE	18	R\$ 372,22
07	BATERIA, LÍTIO, TIPO MOEDA, COM SUPORTE, PARA SETUP DA BIOS, MODELO CR 2032, 3V	238772	UNIDADE	150	R\$ 7,13
08	CABO, DADOS, UTP, CAT. 6 (LSZH) (CAIXA COM 305 M CADA); ATENDER ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NORMA ABNT NBR 14565; ATENDER E EXCEDER AS ESPECIFICAÇÕES DA NORMA ANSI/TIA/EIA 568-B.2.1; PARA CATEGORIA 6, SENDO ESPECIFICADOS E TESTADOS EM FREQUÊNCIA DE ATÉ1000MHZ; ATENDER À ESPECIFICAÇÃO ISO/IEC 11801; POSSUIR CLASSE DE FLAMABILIDADE LSZH. ESTA INFORMAÇÃO DEVERÁ ESTAR IMPRESSA NA CAPA DO CABO;	338529	UNIDADE	02	R\$ 1.325,00

	CERTIFICAÇÃO ETL VERIFIED; CERTIFICADO DELTA EC VERIFIED, ATESTANDO O CABO DE ACORDO COM AS NORMAS ISO/IEC 11801 2ND EDITION:2002, IEC61156-5:EDITION 2.0 2009-02, ISO/IEC AMENDMENT 2:2010, EN50173:2007 E ANSI/TIA -568-C.2; CERTIFICAÇÃO ANATEL, CONFORME DIVULGAÇÃO PÚBLICA NO SITE WWW.ANATEL.GOV.BR; TESTES COMPROBATÓRIOS DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS EM TRANSMISSÃO DE ALTAS VELOCIDADES, COMO SRL, RL, ATENUAÇÃO, NEXT, PSNEXT, ELFEXT, PSELFEXT, ACR, IMPEDÂNCIA, PS-ACR, VELOCIDADE DE PROPAGAÇÃO (VEL.PROP.), PROP. DELAY, LCL/TCL, ELTCTL, PARA FREQUÊNCIAS, DE 1, 4, 10, 16, 20, 31,25, 62,5, 100, 155, 200, 250, 350, 400, 500, 550, 600, 700, 800 E 1000 MHZ, COM A APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS EM CATÁLOGO; SUPORTAR APLICAÇÕES DE TRANSMISSÃO DE DADOS EM ALTA VELOCIDADE, INCLUINDO: ETHERNET 100 BASE TX, 1000 BASE T, 1000 BASE TX, ATM 155 MBPS, ATM 622 MBPS, FDDI/CDDI 100 MBPS, 100 BASE VG; COMPOSTO POR CONDUTORES DE COBRE NU RECOZIDO DE 0,56MM (24AWG) DE DIÂMETRO NOMINAL, ISOLADOS COM POLIETILENO SÓLIDO. OS CONDUTORES SÃO TORCIDOS EM PARES E REUNIDOS FORMANDO O NÚCLEO DE 4 PARES COM UM SEPARADOR INTERNO, DENOMINADO CROSS FILLER, QUE MANTÉM OS PARES; EQÜIDISTANTES MELHORANDO OS REQUISITOS ELÉTRICOS PARA TRANSMISSÃO EM ALTA 26 VELOCIDADE. SOBRE O NÚCLEO, É APLICADO POR EXTRUSÃO UMA CAPA LSZH RETARDANTE À CHAMA.				
09	CABO, ELÉTRICO, COBRE, FLEXÍVEL, FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, CLASSE 4 OU 5, ISOLAÇÃO 450/750V, ISOLAÇÃO EM DUPLA CAMADA DE COMPOSTO TERMOPLÁSTICO PVC/A ANTICHAMAS, NORMAS NBR 5410 E NBR NM M247-3, TEMPERATURA EM SERVIÇO CONTÍNUO 70°C, , CERTIFICAÇÃO INMETRO, 1,5MM² AMARELO/VERDE	358716	METRO	100	R\$ 132,05
10	CABO, ELÉTRICO, COBRE, FLEXÍVEL, FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, CLASSE 4 OU 5, ISOLAÇÃO 450/750V, ISOLAÇÃO EM DUPLA CAMADA DE COMPOSTO TERMOPLÁSTICO PVC/A ANTICHAMAS, NORMAS NBR 5410 E NBR NM M247-3, TEMPERATURA EM SERVIÇO CONTÍNUO 70°C, , CERTIFICAÇÃO INMETRO, 1,5MM², PRETO	358716	METRO	100	R\$ 132,05
11	CABO, ELÉTRICO, COBRE, FLEXÍVEL, FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, CLASSE 4 OU 5, ISOLAÇÃO 450/750V, ISOLAÇÃO EM DUPLA CAMADA DE COMPOSTO TERMOPLÁSTICO PVC/A ANTICHAMAS, NORMAS NBR 5410 E NBR NM M247-3, TEMPERATURA EM SERVIÇO CONTÍNUO 70°C, , CERTIFICAÇÃO INMETRO, 1,5MM²,VERMELHO	358716	METRO	100	R\$ 132,05
12	CABO, ELÉTRICO, COBRE, FLEXÍVEL, FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, CLASSE 4 OU 5, ISOLAÇÃO 450/750V, ISOLAÇÃO EM DUPLA CAMADA DE COMPOSTO TERMOPLÁSTICO PVC/A ANTICHAMAS, NORMAS NBR 5410 E NBR NM M247-3, TEMPERATURA EM SERVIÇO CONTÍNUO 70°C, CERTIFICAÇÃO INMETRO, 2,5MM², COR PRETO	358716	METRO	100	R\$ 215,00
13	CABO, ELÉTRICO, COBRE, FLEXÍVEL, FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, CLASSE 4 OU 5, ISOLAÇÃO 450/750V, ISOLAÇÃO EM DUPLA CAMADA DE COMPOSTO TERMOPLÁSTICO PVC/A ANTICHAMAS, NORMAS NBR 5410 E NBR NM M247-3, TEMPERATURA EM SERVIÇO CONTÍNUO 70°C, CERTIFICAÇÃO INMETRO, 2,5MM², COR VERDE	358716	METRO	100	R\$ 215,00
14	CABO, ELÉTRICO, COBRE, FLEXÍVEL, FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, CLASSE 4 OU 5, ISOLAÇÃO 450/750V, ISOLAÇÃO EM DUPLA CAMADA DE COMPOSTO TERMOPLÁSTICO PVC/A ANTICHAMAS, NORMAS NBR 5410 E NBR NM M247-3, TEMPERATURA EM SERVIÇO CONTÍNUO 70°C, CERTIFICAÇÃO INMETRO, 2,5MM², COR VERMELHO	358716	METRO	100	R\$ 215,00
15	CAPACITOR, FIXO, MATERIAL POLIÉSTER, CAPACITÂNCIA 220NF, TENSÃO NOMINAL 250V	454137	UNIDADE	20	R\$ 1,53
16	CAPACITOR, POLIÉSTER, 1 NF/100V	362466	UNIDADE	20	R\$ 1,41
17	CAPACITOR, POLIÉSTER, 100NF/100V	454133	UNIDADE	20	R\$ 1,24
18	CAPACITOR, POLIÉSTER, 10NF/100V	362381	UNIDADE	20	R\$ 1,36

19	CARREGADOR, BATERIA, TELEFONE CELULAR, TOMADA COM 1 PORTA USB-A BIVOLT, FONTE DE TENSÃO DE SAÍDA (USB) 5V, AMPERAGEM 4A, ENTRADA (TOMADA) 110-240V (BIVOLT), CONECTOR PONTA A MICRO USB E PONTA B USB-A	455733	UNIDADE	02	R\$ 63,99
20	CIRCUITO, INTEGRADO, 8 PINOS, AMPLIFICADOR OPERACIONAL, ENCAPSULAMENTO DIP, REFERÊNCIA LM741	349252	UNIDADE	50	R\$ 1,40
21	CONECTOR, RJ45, MACHO, CAT. 5E, U/UTP, CORPO EM TERMOPLÁSTICO DE ALTO IMPACTO NÃO PROPAGANTE À CHAMA, VIAS DE CONTATO PRODUZIDAS EM BRONZE FOSFOROSO COM CAMADAS DE 2,54 MICRÔMETROS DE NÍQUEL E 1,27 MICRÔMETROS DE OURO, COMPATÍVEL COM OS PADRÕES DE MONTAGEM T568A E T569B, CONECTOR, RJ45, MACHO, CAT. 5E, CONTATOS ADEQUADOS PARA CONDUTORES SÓLIDOS OU FLEXÍVEIS, PRODUTO QUE ATENDE POLÍTICAS DE RESPEITO AO MEIO-AMBIENTE (ROHS), NORMAS APLICÁVEIS: EIA/TIA 568 B.2 E SEUS ADENDOS, ISO/IEC11801, NBR 14565, FCC 68.5, CERTIFICAÇÕES UL LISTED - E173971 / ISO9001/ISO14001 - A1969/A10659, COR: TRANSPARENTE, TIPO DE CONECTOR: RJ-45, TIPO DE CABO: U/UTP CAT.5E, DIÂMETRO DE CONDUTOR: 26 A 22 AWG MATERIAL DE CONTATO ELÉTRICO: 8 VIAS EM BRONZE FOSFOROSO COM 50µIN (1,27 µM) DE OURO E 100 µIN, (2,54µM) DE NÍQUEL, MATERIAL DO CORPO DO PRODUTO: TERMOPLÁSTICO NÃO PROPAGANTE A CHAMA UL 94V-0, PADRÃO DE MONTAGEM: T568A E T568B	249072	UNIDADE	100	R\$ 0,95
22	FITA, ISOLANTE, CONSTITUÍDA POR UM DORSO DE PVC RECOBERTO COM UMA CAMADA DE ADESIVO À BASE DE BORRACHA SENSÍVEL A PRESSÃO, ABNT NBR NM 60454-3, TIPO 5, CLASSE A / IEC 60454-3 / NBR 5410 / NBR 14039, 19MMX20M E ESPESSURA 0,19 MM, RESISTÊNCIA À PROPAGAÇÃO DE CHAMA AUTO EXTINGUÍVEL, ISOLAMENTO ELÉTRICO EM GERAL PARA EMENDAS DE FIOS DE ATÉ 750V, CLASSE DE TEMPERATURA 90°C, COM SELO DE QUALIDADE UV, COR PRETA	321185	UNIDADE	05	R\$ 20,92
23	FONE, OUVIDO, APLICAÇÃO COMPUTADOR, CONECTOR COMPATÍVEL USB 1.1, 2.0, 3.0, TIPO FONE BIAURICULAR, COR PRETA, TIPO HEADSET, ERGONÔMICO, STÉREO, PLUG AND PLAY, CONTROLE DE VOLUME, COMPRIMENTO DO FIO 1,5M, MODELO LIFECHAT LX, 3000 MFT MICROSOFT BT	482185	UNIDADE	10	R\$ 198,55
24	LÂMPADA, LED, ALTA POTÊNCIA, FORMATO BULBO, POTÊNCIA NOMINAL 65W, BASE E-40, 220V, TEMPERATURA DE COR 6500K, FLUXO LUMINOSO 5800LM, IRC>80, VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 25.000H, FATOR DE POTÊNCIA >0,9, EFICIÊNCIA LUMINOSA 89LM/W, GARANTIA DE 3 ANOS, SELO INMETRO	445742	UNIDADE	50	R\$ 198,46
25	LÂMPADA, LED, SUPER LED (ALTA POTÊNCIA), TENSÃO NOMINAL BIVOLT V, POTÊNCIA NOMINAL 50W, TIPO BASE E-27, FLUXO LUMINOSO 4500LM	439278	UNIDADE	50	R\$ 72,93
26	LÂMPADA, LED (LIGHT EMITTING DIODE - DIODO EMISSOR DE LUZ), TUBULAR 18W, 120CM, BULBO T8, BASE G13COM DISPOSITIVO INTEGRADO À BASE OU CORPO CONSTITUINDO UMA PEÇA ÚNICA, NÃO DESTACÁVEL, SENDO DESTINADAS PARA OPERAÇÃO EM REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE CORRENTE ALTERNADA DE 60 HZ, PARA TENSÕES NOMINAIS DE 220 V OU FAIXA DE TENSÃO QUE ENGLOBE A MESMA (100~230V), ÂNGULO DE ABERTURA 200º, EFICIÊNCIA LUMINOSA 100 LM/W, TEMPERATURA DE COR 6.000K (LUZ BRANCA FRIA), FLUXO LUMINOSO 1.850 LM, DIFUSOR DE POLICARBONATO, VIDA ÚTIL DA LÂMPADA LED(L70): 25.000 HORAS, VIDA ÚTIL DO LED(LM-80) > 50.000 HORAS, TAXA DE DISTORÇÃO DE HARMÔNICA (TDH) < 20%, ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR (IRC) > 80, PONTO DE ALIMENTAÇÃO (F,N) NO SOQUETE DE MESMA LATERAL, IP20. SEGUE RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT IEC/PAS 62.612:2013 E IEC/PAS 60.050-845:1987 E DAS PORTARIAS Nº 389/2014, Nº 144/2015, Nº 221/2016 DO INMETRO. CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DAS LÂMPADAS COM ETIQUETA ENCE/INMETRO E GARANTIA DE 3 ANOS	431307	UNIDADE	200	R\$ 14,72
27	MANTA, ANTIESTÁTICA, COMPRIMENTO 120CM X LARGURA 60CM, MATERIAL BORRACHA, CAMADA SUPERIOR DISSIPATIVA E INTERMEDIÁRIA CONDUTIVA, RESISTENTE A ALTA TEMPERATURA	240637	UNIDADE	01	R\$ 92,60

28	RESISTOR, CARVAO, 10KOHMS, 1/8W	342347	UNIDADE	200	R\$ 0,12
29	SOLDA, CIRCUITOS ELETRÔNICOS, 60X40, DIÂMETRO DO ESTANHO EM FIO: 1,0MM, COMPOSIÇÃO DO ESTANHO EM FIO: 60X40, PERCENTUAL DE ESTANHO: 60%, PERCENTUAL DE CHUMBO DO ESTANHO EM FIO: 40%, INDICADO PARA SOLDAR COMPONENTES ELETRÔNICOS. POSSUI FLUXO RA COMPOSTO POR RESINA, SOLVENTE E ATIVADORES AGRESSIVOS PARA SUPERFÍCIES MODERADAMENTE OXIDADAS. O RESÍDUO DE FLUXO RA É CORROSIVO E DEVERÁ SER REMOVIDO LOGO QUE POSSÍVEL APÓS A REFUSÃO PARA EVITAR DANOS NA SUA MONTAGEM, ROLO 500G	18384	ROLO	01	R\$ 139,98
30	TRANSISTOR, REFERÊNCIA BC548, ENCAPSULAMENTO TO-92, TENSÃO TRABALHO VCBO 50V, VCEO 45V, APLICAÇÃO AMPLIFICADOR DE BAIXA FREQUÊNCIA	246547	UNIDADE	100	R\$ 0,22

1.2.1. Não há órgãos participantes desta Licitação.

1.2.2. As solicitações de Adesão (caronas) às Atas de Registro de Preço gerenciadas pela Universidade Federal de Goiás (UASG 153052) são feitas somente via **SIASNET por intermédio da funcionalidade "GESTÃO DE ATA SRP", devendo o órgão interessado solicitar o acesso ao sistema seguindo a orientação disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://dcom.ufg.br/p/38525-outros-orgaos-como-solicitar-adesao-as-atas-da-ufg>.**

1.2.3. **Dúvidas relacionadas a adesão a ata de registro de preços que não forem esclarecidas por intermédio da leitura das orientações constantes na página citada no subitem anterior podem ser dirimidas pelo e-mail: cpd.dcom@ufg.br.**

1.2.4. *A lista dos Pregões Registro de Preços, com atas registro de preços válidas, realizados pela Diretoria de Compras da Universidade Federal de Goiás encontra-se divulgada no site da Diretoria de Compras no seguinte endereço eletrônico: <https://dcom.ufg.br>, no menu Registro de Preços.*

1.2.5. **Caso ocorra alguma divergência entre as especificações técnicas constantes na tabela com aquelas lançadas no sistema eletrônico (Comprasnet), prevalecerá o constante neste instrumento.**

1.3. **São Requisitos desta contratação:**

1.3.1. Obrigatoriedade de que todos os fornecedores, que participarem desta licitação para os **itens 24 e 26**, somente ofertem produtos que contenham o selo do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, na etiqueta ou em local específico do produto.

1.4. **O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, conforme constar da Ata de Registro de Preços.**

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do **Estudo Técnico Preliminar - Doc. Sei nº 2969613, 2971975, 2974301, 3018307 e 3085734** apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Esta licitação, na modalidade pregão em sua forma eletrônica, será processada pelo sistema de registro de preços. O registro de preços visa atender à dificuldade de prever, com exatidão, as quantidades que serão consumidas ao longo de 12 (doze) meses. Ainda corrobora para a realização das aquisições através dos preços registrados a permissão legal constante dos incisos I e IV, do art. 3º, do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, quais sejam:

Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços – SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou Material, houver necessidade de contratações frequentes;

(...)

IV – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. grifos nossos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, e encontra-se materializada no **Documento SEI n° 2969613, 2971975, 2974301, 3018307 e 3085734**.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da nota de empenho via e-mail, em remessa (única ou parcelada), no seguinte endereço: **Diretoria de Logística - DLOG/UFG (antigo DMP/UFG)**, localizado na Av. Esperança (Alameda Flamboyant), Campus II – Samambaia, Goiânia – Goiás, CEP: 74.690-900. Telefones e e-mails: **Coordenação de Controle de Estoque - CCE/DLOG:** (62) 3521-1020/1471 - E-mail: almoxarifado.dlog@ufg.br.

6.2. **As entregas deverão ocorrer obrigatoriamente de segunda sexta-feira, em horário comercial, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00.**

6.3. O prazo de entrega a critério da área competente da UFG e mediante solicitação com justificativa escrita do fornecedor poderá ser dilatado.

6.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 15 (quinze) dias, pelo(a) servidor(a) ou Equipe de servidores, conforme o caso, responsável (veis) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 07 (sete) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.9. Durante a validade da contratação a empresa contratada não poderá alegar a indisponibilidade dos produtos ofertados, sob pena de lhe ser aplicadas as sanções previstas no edital.

6.9.1. Se no ato da entrega dos produtos a Nota Fiscal de Venda não for aceita pela Contratante devido a alguma divergência/irregularidade(s) em seu preenchimento, esta será devolvida para as necessárias correções, passando a contar o prazo de pagamento a partir da data de sua reapresentação.

6.9.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.9.3. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados em suas embalagens originais e em perfeitas condições de uso, de forma a permitir completa segurança por parte da Contratante, sob pena do não recebimento definitivo dos mesmos.

Dados para emissão da Nota Fiscal de Venda

Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Endereço: Campus II – Samambaia, Goiânia – GO

CEP: 74691-300

CNPJ: 01.567.601/0001-43

Inscrição Estadual: Isento Fone: (62) 3521 1020

6.9.4. Para agilizar o processo de pagamento, devem ser informados na Nota Fiscal de Venda os dados bancários da Contratada (se possível).

6.9.5. Após emissão da nota de empenho e/ou celebração do contrato o prazo de entrega poderá ser dilatado a critério da autoridade competente da Universidade e mediante pedido escrito e fundamentado do fornecedor.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.2.1. Rejeitar os produtos em que as características, qualidade não satisfaçam às exigências contratadas, que sejam impróprias ou diferentes/inferiores daquelas exigidas neste instrumento e respectivo edital, obrigando a adjudicatária a substituir ou se adequar, sem ônus para a UFG e no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento, edital e anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do código de defesa do consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Os pagamentos serão realizados somente via ordem bancária e, de acordo com a tramitação formal, não sendo reconhecidos quaisquer outros tipos de documentos de cobrança, tais como duplicatas, boletos e/ou outros tipos de títulos. A responsabilidade pela baixa de qualquer cobrança apontada em cartórios de títulos e protestos ou equivalentes, será de total responsabilidade da Contratada.

12.13.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \left| I = \left(\frac{6}{100} \right) \right| \quad I = 0,00016438$$

	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.
--	-----	-------------------------------------

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis, nos termos do Parecer nº 00001/2016/CPLCA/CGU/AGU não cabe reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico em relação à Ata de Registro de Preços, uma vez que esses institutos estão relacionados à contratação (contrato administrativo em sentido amplo).

13.1.1. Os critérios de revisão e cancelamento são os que constam da minuta da Ata de Registro de Preços.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução por se tratar de registro de preços.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. Para os **itens 24 e 26** o prazo de garantia contratual dos bens será de 03 (três) anos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

15.2. Para os demais itens será exigido a **garantia legal**, prevista no Artigo 24 caput, e 26, inciso II do Código de Defesa do Consumidor - Lei 8.080 de 11 de setembro de 1.990.

15.3. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

15.4. O acionamento da garantia legal, quando ocorrer, será realizado junto ao canal de comunicação com o responsável legal da Contratada, informado na proposta de preços para a licitação.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

16.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. Fraudar na execução do contrato;

16.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

16.1.5. Cometer fraude fiscal;

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

16.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida (valor da contratação /empenho), até o limite de 30 (trinta) dias corridos.

16.2.3. **Multa compensatória variando de 10% (dez por cento) até 30% (dez por cento) sobre o valor total da contratação (empenho), no caso de inexecução total do objeto da contratação (valor empenhado);**

16.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, **considerando a faixa percentual** do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

16.2.5. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.6. **Impedimento de licitar e contratar** com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

16.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa deste Termo de Referência.

16.2.7. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

- 16.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 16.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 16.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 16.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 16.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 16.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 17.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 17.3.1.1. **Para fins da comprovação de que trata este subitem, considerando as disposições do Acórdão TCU 914/2019, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: comprovar o fornecimento de no mínimo 30% do quantitativo total para cada item desta licitação, que vier a participar, ou de no mínimo uma unidade, o que for maior.**
- 17.3.1.2. **Se da aplicação do percentual referido no subitem anterior, resultar em número decimal, deverá ser efetuado o arredondamento para o próximo número inteiro.**
- 17.4. O critério de aceitabilidade de preços é o menor preço unitário por item, conforme consta da Tabela constante do item 1.2. deste Termo de Referência.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 18.1. O custo estimado da contratação é de **R\$159.380,42 (cento e cinquenta e nove mil, trezentos e oitenta reais e quarenta e dois centavos).**

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. Por se tratar de licitação processada pelo sistema de registro de preços, tendo em vista as prerrogativas constantes no art. 7º, §2º do Decreto 7.892/2013, a dotação orçamentária será juntada aos autos previamente a emissão de empenho relativa a cada compra que ocorrer, durante a vigência da ata de registro de preços.

Goiânia, 17 de agosto de 2022.

MICHELLE MARIA DE OLIVEIRA LANDIM DOS SANTOS

Assistente em administração
CL/DCOM/PROAD/UFG - Regional Goiânia

APÊNDICE I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Os Estudos Técnicos Preliminares (**Doc. SEI nº 2969613, 2971975, 2974301, 3018307 e 3085734**), serão publicados compactados como um dos anexos do edital da licitação, quando da divulgação desta licitação, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br.



Documento assinado eletronicamente por **Michelle Maria De Oliveira Landim Dos Santos, Assistente em Administração**, em 17/08/2022, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3092388** e o código CRC **A92571A6**.